

# CADERNO DE ENCARGOS

## CONSULTA PRÉVIA

"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA NACIONAIS E COMUNITÁRIOS E DEFINIÇÃO DE PROGRAMA DE INVESTIMENTOS FINANCIADOS NO ÂMBITO DO PRÓXIMO CICLO DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO"

PROCESSO N.º 2021/300.10.005/626

## ÍNDICE

<b>PARTE I .....</b>	<b>3</b>
<b>CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1. <sup>a</sup> - Objeto .....	3
Cláusula 2. <sup>a</sup> - Contrato .....	3
Cláusula 3. <sup>a</sup> – Vigência do Contrato .....	4
<b>CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....</b>	<b>4</b>
<b>Secção I - Obrigações do Prestador de serviços .....</b>	<b>4</b>
<b>Subsecção I - Disposições Gerais .....</b>	<b>4</b>
Cláusula 4. <sup>a</sup> - Obrigações principais do prestador de serviços .....	4
Cláusula 5. <sup>a</sup> - Prazo da prestação dos serviços .....	5
<b>Subsecção II - Dever de sigilo .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 6. <sup>a</sup> - Objeto do dever de sigilo .....	5
Cláusula 7. <sup>a</sup> – Prazo do dever de sigilo .....	5
<b>Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines .....</b>	<b>6</b>
Cláusula 8. <sup>a</sup> - Preço contratual .....	6
Cláusula 9. <sup>a</sup> - Preço base .....	6
Cláusula 10. <sup>a</sup> - Condições de pagamento .....	6
Cláusula 11. <sup>a</sup> - Revisão de preços .....	7
Cláusula 12. <sup>a</sup> – Adiantamentos .....	7
<b>CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
Cláusula 13. <sup>a</sup> - Força maior .....	7
Cláusula 14. <sup>a</sup> - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines .....	9
<b>CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 15. <sup>a</sup> – Caução .....	9
Cláusula 16. <sup>a</sup> - Foro competente .....	9
<b>CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS .....</b>	<b>9</b>
Cláusula 17. <sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contractual .....	9
Cláusula 18. <sup>a</sup> - Comunicações e notificações .....	10
Cláusula 19. <sup>a</sup> - Contagem dos prazos .....	10
Cláusula 20. <sup>a</sup> – Legislação aplicável .....	10
<b>PARTE II .....</b>	<b>10</b>
Cláusula 21. <sup>a</sup> – Especificações Técnicas .....	10
Cláusula 22. <sup>a</sup> - Atributos da Proposta .....	11

## **PARTE I**

### **CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Cláusula 1.ª - Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de serviços de consultoria para acompanhamento dos instrumentos de política pública nacionais e comunitários e definição de programa de investimentos financiados no âmbito do próximo ciclo de financiamento comunitário, nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 2.ª - Contrato**

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo

com o disposto no artigo 99.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos, doravante designado de CCP, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal, nos casos em que a celebração implique a sua redução a escrito.

### **Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato**

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo mínimo de 8 meses e máximo de 12 meses, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**

### **Secção I - Obrigações do Prestador de serviços**

#### **Subsecção I - Disposições Gerais**

### **Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços a obrigação de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
2. O Prestador de serviços fica ainda obrigado, nomeadamente, a fornecer todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação de serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução dos referidos serviços, nos termos do artigo 452.º do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços**

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos durante o período máximo de um ano, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos, e obriga-se a cumprir todos os prazos indicados na sua proposta.

### **Subsecção II - Dever de sigilo**

#### **Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O Prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II - Obrigações da Câmara Municipal de Sines**

### **Cláusula 8.ª - Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Sines.
3. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são igualmente da conta do prestador de serviços.

### **Cláusula 9.ª - Preço base**

Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de € 65 000,00 (Sessenta e cinco mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a Câmara Municipal de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual.

O preço base inclui todos os serviços a prestar no âmbito deste procedimento.

### **Cláusula 10.ª - Condições de pagamento**

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas no prazo de 60 dias após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do serviço, sendo as faturas emitidas de acordo com os serviços prestados.

3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas pela Câmara Municipal de Sines porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

#### **Cláusula 11.ª - Revisão de preços**

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

#### **Cláusula 12.ª – Adiantamentos**

No âmbito da presente prestação de serviços não há lugar a adiantamentos.

### **CAPÍTULO III- PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO**

#### **Cláusula 13.ª - Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

5. Na sequência de eventuais ordens municipais ou governamentais relativas ao cancelamento ou adiamento da prestação de serviços, em consequência de surto da epidemia Covid-19, de tal facto não resultarão para o Município de Sines quaisquer encargos ou dever de indemnização, podendo tal cancelamento ou adiamento ser comunicado com uma antecedência de 24 horas. O cancelamento determinará a resolução do contrato.



#### **Cláusula 14.<sup>a</sup> - Resolução por parte da Câmara Municipal de Sines**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Câmara Municipal de Sines pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, mediante acordo prévio escrito entre as partes e com uma antecedência de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de serviços.

### **CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup> – Caução**

Não é exigida a prestação de caução, conforme determinado no n.º 2 do art.º 88.º do CCP.

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup> - Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup> – Subcontratação e cessão da posição contractual**

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

### **Cláusula 18.ª - Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 20.ª – Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

## **PARTE II**

### **Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas**

O presente caderno de encargos tem como objeto a Aquisição de serviços de consultoria para acompanhamento dos instrumentos de política pública nacionais e comunitários e definição de

programa de investimentos financiados no âmbito do próximo ciclo de financiamento comunitário, conforme Memória Descritiva – Anexo I, o qual é parte integrante do presente caderno de encargos.

#### **Cláusula 22ª - Atributos da Proposta**

Nos termos do disposto no art.º 74.º n.º 1 alínea b) do CCP, o concorrente deverá apresentar a sua proposta instruída com o preço total expresso em algarismos e por extenso, prevalecendo em caso de divergência o extenso, com menção expressa de que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e taxa legal aplicável.

## **CADERNO DE ENCARGOS – ANEXO I**

**"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA NACIONAIS E COMUNITÁRIOS E DEFINIÇÃO DE PROGRAMA DE INVESTIMENTOS FINANCIADOS NO ÂMBITO DO PRÓXIMO CICLO DE FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO"**

PROCESSO N.º 2021/300.10.005/626

### **Memória Descritiva**

#### **1. Objeto do contrato**

Aquisição de serviços de consultoria para a captação de fundos e financiamentos, acompanhamento dos instrumentos de política pública e definição de programas de investimento financiado no âmbito do próximo ciclo de financiamento comunitário.

#### **2. Duração do contrato**

Mínimo de oito meses, até um máximo de doze meses.

#### **3. Obrigações do adjudicatário**

Os trabalhos devem desenvolver-se nas fases seguintes, correspondendo cada uma delas a um entregável:

## **Fase 1 - Quadro estratégico e operacional, europeu, nacional e regional para o horizonte 2030**

Enquadramento estratégico europeu, nacional e regional do período do Portugal 2030

Sistematização dos instrumentos de política pública previsto no quadro de apoios previsto no âmbito do Programa de Recuperação e Resiliência, do PT2030, do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) e dos programas quadro europeus.

Síntese das abordagens de alcance municipal, intermunicipal e regional e nacional – cenários e prioridades.

## **Fase 2 - Programa de ação para o horizonte 2030 e recomendações para a respetiva operacionalização**

Programa de ação local para o horizonte, com base na revisitação dos objetivos estratégicos do ciclo de programação em finalização e sua atualização

Orientações para a conciliação entre abordagens estratégicas e operacionais multinível;

Orientações para a adicionalidade e otimização dos fundos disponíveis, articulando as políticas públicas de natureza europeia com os instrumentos de política pública de âmbito nacional

Incidência nos instrumentos de abordagem territorial integrada de âmbito municipal, intermunicipal, supramunicipal ou de geometria variável e das complementaridades de outros instrumentos e/ou programas operacionais para a prossecução dos objetivos estratégicos.

Articulação e encaixe das iniciativas e projetos a desenvolver no contexto dos instrumentos de política pública e de cidades e mecanismos de financiamento existentes.

## **Fase 3 - Desafios, necessidades e plano de ação para a Transição Justa**

Identificação dos principais desafios e necessidades no plano económico-social decorrentes da transição para a neutralidade climática no território

Identificação das iniciativas e projetos que contribuam para mitigar os impactos do processo de transição energética

Otimização dos meios de financiamento das iniciativas e projetos através do Fundo para Transição Justa

#### **Fase 4 - Programa estratégico de investimentos**

Conciliação dos diversos instrumentos de financiamento num programa de investimentos integrado e coerente para o horizonte 2030

#### **4. Apresentação das propostas**

- a) As propostas devem especificar a abordagem a prosseguir em cada uma das fases identificadas e apresentar um planeamento prévio de reuniões e interações a realizar;
- b) As propostas devem apresentar um cronograma indicativo para o desenvolvimento dos trabalhos;
- c) As propostas devem propor um modelo de acompanhamento dos trabalhos que garanta o acompanhamento estratégico e técnico dos trabalhos.